

Saúde na Baixada

Hesio Cordeiro *

Durou pouco, infelizmente. Foram dois anos de preparação, de discussões técnicas e de intensa participação das entidades comunitárias da Baixada Fluminense para dali ser proposto um plano de saúde que pudesse atenuar as graves carências desta região. Era o SOS Baixada, depois denominado Programa Especial da Baixada (Pesb), em 1987.

Hoje o programa está em crise quase irreversível, como noticiou o JORNAL DO BRASIL de 20/01/91. Com os recursos da Previdência Social foram construídas 12 unidades ambulatoriais nos municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis, S. João do Meriti e Caxias. O projeto foi iniciado pelo Inamps e, logo em seguida, com a descentralização e unificação da saúde, transferiu-se para a Secretaria Estadual de Saúde. Cabe aqui dizer, a bem da verdade, que o projeto não sofreu interrupção, sendo aprimorado e executado segundo os princípios que o nortearam desde o começo (1985-6). Até porque a equipe era a mesma.

Tratava-se de criar uma situação e um modelo diferentes de atendimento, além de se ampliar a oferta de serviços. Apenas em Nova Iguaçu, a carência do atendimento atingia 1 milhão de consultas por ano, sobrecarregando os poucos e precários serviços públicos e privados da região e do município do Rio de Janeiro.

O que se propunha era um atendimento que se caracterizasse por uma equipe de saúde comprometida realmente com uma população bem definida, da localidade escolhida pelos conselhos comunitários, para promover a saúde. O doente pobre, antes um número na fila gigantesca, tornava-se uma pessoa com nome e sobrenome. Em lugar de um médico diferente a cada consulta, o que tornava a relação impersonal e burocrática, pretendeu-se que haveria: a) continuidade, isto é, o mesmo profissional atendendo à mesma pessoa em todas as consultas, até mesmo para que a doença pudesse ser prevenida, para que se orientasse, se conselhasse ou se ajudasse esta pessoa na recuperação; b) integralidade — o profissional e a equipe de saúde trabalhando junto às famílias e às organizações comunitárias para promover a saúde e tratar os doentes; c) resolutibilidade, o que significa atender e resolver o problema, sem

passar adiante o doente que habitualmente segue uma interminável *via crucis* de especialistas e de exames complementares, exceto em situações graves. O programa é capaz de resolver no atendimento ambulatorial 90% dos problemas que motivaram a consulta e referir para o especialista os 10% que requerem atenção especializada; d) participação e controle social, com conselhos comunitários atuando em cada unidade.

Os profissionais foram preparados para atuar em novos moldes, diferentes do pronto-atendimento que pouco resolve. Procurou-se atingir uma remuneração que permitisse a fixação dos profissionais, vinculando-os ao local do trabalho. De fato, a remuneração no início do programa era quase isonômica com o Inamps.

Mas, o governo do estado foi deixando de lado qualquer prioridade para a saúde da população da Baixada Fluminense. Em que pese a propaganda oficial, o Pesb teve seus recursos agravados neste último ano. Os salários ficaram totalmente defasados e pagos com atrasos cada vez maiores. No início deste mês de janeiro eram quase cinco vezes menores do que os do Inamps. Falta material, as ambulâncias estão danificadas, os equipamentos de raios X não funcionam, quatro ambulatórios estão fechados.

E o governo estadual reclama de verbas federais ao mesmo tempo em que diminui os recursos do Tesouro do estado destinados à saúde. Chega ao absurdo de propor para 1991, apenas 1,7% para a saúde, cerca de 8,4 bilhões de cruzeiros, escasso até para pagamento de salários. O que é mais grave, ao mesmo tempo em que deixa à mingua a saúde da população da Baixada, eleva os salários de empresas estatais, de repartições públicas, dos próprios secretários de estado e de assessores privilegiados. Absoluta falta de critérios, pois, enquanto cargos em comissão tiveram aumentos significativos, setores vitais, como o dos profissionais da saúde, que atuam junto às populações mais pobres, estão com salários insignificantes, face à inflação, e muitos deles sem mesmo receber. O marketing político da propaganda oficial já não esconde a realidade. O Pesb foi faltado pela falta de prioridade do governo do estado.

Será uma vingança cruel contra o povo sofrido da Baixada, por ter ele votado em Brizola?

* Professor-adjunto do IMS/Uerj e ex-presidente do Inamps